



A REALIDADE DA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR NO MUNICÍPIO DE PARINTINS-AM

Henrique Júnior Batista Pereira¹
Denise Bentes Soares²
Halisson Reny Carvalho de Souza³

RESUMO: As pessoas com deficiência têm acesso garantido à universidade, considerando o princípio da inclusão no processo educacional em todos os níveis. Este estudo se pauta na análise do processo de inclusão em universidades públicas no município de Parintins/AM, a partir de uma revisão literária, pesquisa documental e de campo. Os resultados apontam escassos recursos pedagógicos, presença de barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais que reiteram o preconceito e a exclusão desses alunos no âmbito educacional e social. Importa-nos ressaltar a importância do debate em relação ao acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior na região.

Palavras chave: Pessoa com Deficiência, Inclusão, Ensino Superior, Acessibilidade.

ABSTRACT: People with disabilities have guaranteed access to the university, considering the principle of inclusion in the educational process at all levels. This study is based on the analysis of the process of inclusion in public universities in the city of Parintins / AM, based on a literary review, documentary and field research. The results point to scarce pedagogical resources, the presence of architectural, communication and attitudinal barriers that reiterate the prejudice and exclusion of these students in the educational and social spheres. It is important to emphasize the importance of the debate regarding the access and permanence of persons with disabilities in higher education in the region.

Keywords: Person with a disability, Inclusion, Higher Education, Accessibility.

¹ Pós-Graduado em Educação Especial e Educação Inclusiva pela Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz (2016), Pós-Graduado em Educação Física e Nutrição Escolar pela Faculdade Kurios (2014), Graduado em Educação Física na Universidade Federal do Amazonas (2013). Email: henrique_prof.edu.fisica@outlook.com

² Mestranda em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS/UFAM. Pós-Graduada em Direito e Proteção Social pela Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz – FACIBRA (2016), Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM (2016). E-mail: denise_bs-1@hotmail.com.

³ Mestrando em Ciências da Educação e Multidisciplinaridade pela Faculdade do Norte do Paraná – FACNORTE, Especialista em Atendimento Educacional Especializado pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2011), Especialista em Tecnologias Educacionais pela Pontifícia Universidade Católica - PUC/Rio (2011). Email: h.alisson.sousa@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O movimento pela inclusão de pessoas com deficiência na educação básica, e no ensino superior, começa a emergir na década de 1990, com a Declaração Mundial de Educação para Todos, firmada em Jomtien, na Tailândia (1990), e com os postulados produzidos na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade, em Salamanca (1994).

No entanto, no Brasil, embora os avanços tenham sido significativos e o acesso das pessoas com deficiência ao ensino superior tenha sido democratizado nos últimos anos, ainda persistem barreiras à inclusão, relacionadas à comunicação, às estruturas físicas, às atitudes, e aos equipamentos e recursos pedagógicos.

Em razão disso, o estudo em voga se propôs a analisar os limites e possibilidades do processo de inclusão em universidades públicas no município de Parintins/AM. Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo, a partir de abordagens de natureza qualitativa e quantitativa. Teve como *lócus* 02 universidades públicas, denominadas de Universidade A e Universidade B. Os sujeitos participantes consistiram em 08 acadêmicos e 08 professores das IES pesquisadas. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com perguntas abertas e fechadas, aplicadas durante o mês de junho de 2015, com o consentimento dos sujeitos da pesquisa, no sentido de identificar as barreiras encontradas pelos alunos com deficiência nas universidades.

2 A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Durante anos, o tema relacionado à inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior restringiu-se a poucos estudiosos, não havendo muitas pesquisas nessa área (MASINI; BAZON, 2011). Porém, com os avanços e conquistas impulsionadas a partir de publicações importantes em documentos nacionais e internacionais, tais como a Constituição Federal de 1988, a Declaração Mundial de Educação para Todos, em 1990 e a Declaração de Salamanca, em 1994, passou-se a se vislumbrar mudanças significativas nas políticas públicas de inclusão social das pessoas com deficiência, tornando-se, paulatinamente, assunto de maior interesse.

A Constituição de 1988, em seu art. 205, assegura que todos têm direito à educação, reforçando no art. 208, III, que é dever do Estado o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, cabendo ainda à este elaborar políticas públicas capazes de proporcionar às instituições de ensino a adequação de seus currículos, deste a educação básica até o ensino superior.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, deixa claro que o ensino especial é uma modalidade da educação escolar e, como tal, deve perpassar o ensino comum em todos os seus níveis. Estabelece ainda que, as formas de acesso podem ser diferenciadas, sendo de responsabilidade de cada instituição de ensino elaborar as suas políticas de acesso, as quais precisam estar em consonância com os princípios especificados nesta lei. O Ministério da Educação MEC, por meio da Secretaria de Educação Superior e da Secretaria de Educação Especial, criou, em 2005, o programa INCLUIR, afim de garantir o direito à educação superior para pessoas com deficiência e cumprir os requisitos legais de acessibilidade, conforme o Decreto nº 5.296/2004 (BRASIL, 2006).

Frente às políticas de acesso e de inclusão no ensino superior, o aumento de estudantes com NEE coloca também à universidade desafios sobre o processo de inclusão, no sentido de responder com eficácia às necessidades individuais dos alunos, garantindo-lhes não só o acesso, mas o sucesso educativo (RODRIGUES, 2004).

A inclusão pressupõe a organização e aplicação de respostas educativas que possibilitem a adequação dos conteúdos e das estratégias pedagógicas, a eliminação de barreiras arquitetônicas, e a eliminação de barreiras relacionadas com as atitudes da comunidade educativa (FERREIRA, 2007). Neste sentido, a inclusão implica na utilização de todos os recursos necessários: humanos, materiais, e sobretudo, a criação de políticas públicas dirigidas com investimentos na qualificação de professores, e recursos tecnológicos, além da assistência estudantil nas IES para que se possa garantir a permanência desses estudantes.

3 ACESSO E PERMANÊNCIA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: a realidade da inclusão em Parintins/AM

Apresentamos aqui as percepções dos docentes e discentes acerca da

inclusão no ensino superior em Parintins/AM. Os relatos de todos os entrevistados, neste estudo, foram bem elucidativos para se compreender o processo de inclusão, bem como alguns dos desdobramentos das ações inclusivas institucionalizadas na universidade e as vivências desses sujeitos no âmbito institucional.

O Quadro 1 apresenta dados referentes ao perfil dos acadêmicos de acordo com o curso e o tipo de deficiência da Universidade A. Os 05 acadêmicos são todos do sexo masculino, sendo: 01 aluno do curso de Zootecnia, com deficiência Neuromuscular; 01 aluno com deficiência física (decorrente de um acidente de trânsito) no curso de Educação Física; 01 aluno do curso de Comunicação Social com deficiência visual manifesta desde o nascimento; 02 alunos do curso de Pedagogia, sendo 01 com deficiência visual (perda total de um lado do olho) e 01 com deficiência múltipla (auditiva, dificuldade na fala e déficit de aprendizagem). Com relação aos demais cursos, não foram encontrados alunos com deficiência.

Quadro 1 - Distribuição dos acadêmicos por curso e tipo de deficiência na Universidade A.

ITEM	CURSO	DEFICIÊNCIA	QTD DE ALUNOS COM NEE
01	Zootecnia	Neuromuscular	01
02	Educação Física	Deficiência Física	01
03	Serviço Social	Não Constatou	-
04	Comunicação Social	Deficiência Visual	01
05	Administração	Não Constatou	-
06	Pedagogia	Visual e Auditiva	02
07	Artes Visuais	Não Constatou	-
Total de alunos com deficiência			05

FONTE: Os autores, Parintins/AM (2015).

O Quadro 2 indica os dados referentes à distribuição dos acadêmicos com deficiência da Universidade B, segundo o curso e o tipo de deficiência. Dos 03 acadêmicos, 02 são do sexo feminino e 01 do sexo masculino. Com relação às especificidades da deficiência e aos cursos frequentados, temos: 01 aluna com deficiência auditiva no curso de Pedagogia; 01 aluno com deficiência auditiva no curso de Matemática; e 01 acadêmica com deficiência física no curso de Geografia. Em relação aos demais cursos, não foram identificados alunos com deficiência.

Quadro 2 - Distribuição dos acadêmicos por curso e tipo de deficiência Universidade B.

ITEM	CURSO	DEFICIÊNCIA	QTD DE ALUNOS COM NEE
01	Letras	Não Constatou	-
02	Pedagogia	Deficiência Auditiva	01
03	Biologia	Não Constatou	-
04	Física	Não Constatou	-
05	Química	Não Constatou	-
06	Matemática	Deficiência Auditiva	01
07	História	Não Constatou	-
08	Geografia	Deficiência Física	01
09	Enfermagem	Não Constatou	-
10	Saúde Coletiva	Não Constatou	-
11	Economia	Não Constatou	-
12	Gestão Ambiental	Não Constatou	-
Total de alunos com deficiência			03

FONTE: Os autores, Parintins/AM (2015).

Nota-se que o quantitativo de alunos com deficiência em processo de formação no ensino superior, em Parintins, ainda representa um número reduzido, tendo em vista a ampliação do debate e de políticas de inclusão nos últimos anos. Contudo, durante a pesquisa, verificaram-se quatro fatores principais citados pelos alunos e professores, que despontam as barreiras encontradas nesse processo, relacionadas às estruturas físicas, comunicação, atitudes e recursos pedagógicos. De acordo com Moreira (2004, p. 70), “abrir espaços para refletir sobre as barreiras, sejam arquitetônicas, sejam atitudinais, sejam ainda materiais, é uma forma de romper como o imobilismo e apresentar caminhos mais inclusivos e justos na universidade”.

Nesse sentido, os principais obstáculos ao acesso citados pelos alunos deficiência física e visual foram: rampas com inclinação inadequada, portas e banheiros com tamanho inadequado, falta de corrimão, ausência de sinalização de referências e de mapas táteis, falta de elevadores em alguns prédios da instituição, ausência de vagas de estacionamento adaptadas para pessoas com deficiência física. Observou-se que alguns prédios das IES estavam em processo de construção de elevadores e instalação de pisos táteis. Em sua pesquisa, Pereira (2007), constatou que são

evidentes as dificuldades enfrentadas pelos alunos com deficiência no ensino superior em decorrência da falta de acessibilidade.

Os docentes expõem a falta de acessibilidade às pessoas com deficiência e de capacitação dos profissionais da instituição no atendimento aos alunos. Um professor relata que “o acesso relacionado à estrutura física, tecnologia assistiva, é praticamente indisponível. Capacitação dos docentes e equipe administrativa, processo seletivo inadequado” (PROFESSOR 1, PESQUISA DE CAMPO, 2015).

Para os alunos com deficiência visual, as principais dificuldades referem-se às informações que são passadas em murais ou na lousa da sala de aula. Um dos alunos, com baixa visão, destacou a ausência de material informativo em Braille, seja na biblioteca, seja durante as aulas que “as linguagens escritas deveriam ser todas ampliadas, bem como computadores com software, ferramentas que se adaptem às necessidades do deficiente visual, como sistemas de leitura de texto digital com saída de voz” (PESQUISA DE CAMPO, 2015).

Para os alunos com surdez, outras formas de restrição à comunicação referem-se à falta de conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), por docentes, técnicos administrativos e discentes e falta de legendas em material áudio-visual. As barreiras comunicacionais, de acordo com o art. 2º, da Lei 10.098/2000, referem-se a “qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa” (BRASIL, 2006).

Por sua vez, os professores asseguram que, em relação a isso, a universidade encontra-se em processo de mudança com perspectivas em longo prazo. Um deles afirma que “atualmente não há um programa institucional de inclusão, as medidas são paliativas buscando solucionar da melhor forma possível dentro da especificidade de cada caso” (PROFESSOR 2, PESQUISA DE CAMPO, 2015).

A partir dessa barreira comunicacional, constata-se outro problema, comumente encontrado pelos alunos com deficiência no seu cotidiano: as barreiras atitudinais. São aquelas oriundas das atitudes das pessoas diante da deficiência como consequência do preconceito e da falta de informação, resultando em discriminação, mais preconceito, estigmas e exclusão (SASSAKI, 2006).

Dos 08 alunos entrevistados, 04 relataram alguma forma de diferenciação indevida em sala de aula por parte do professor. As falas dos alunos demonstram a falta de crédito dos professores em relação aos alunos com deficiência, o que, com certeza, acarreta falta de investimento na formação desse aluno. Sobre isso, Santos (2009) reitera que se o docente universitário não acredita que o aluno com deficiência é capaz de aprender e de concluir a sua formação com êxito, muito dificilmente buscará auxílio e fará adaptações na sua prática, o que dificulta o sucesso do seu aluno.

Os professores reconhecem que são poucos profissionais, “apenas os que possuem capacitação prévia, não há ainda um programa de capacitação institucional”. Mas, que “não é possível generalizar, pois há relações diferentes para cada caso, o que permeia a maioria é insegurança em decorrência do desconhecimento e despreparo para essas situações” (PROFESSOR 3, PESQUISA DE CAMPO, 2015).

Sobre a didática dos professores, os alunos com surdez expõem que “a maioria dos professores não tem conhecimento nenhum sobre o surdo, não tem. Não tem preparação nenhuma para receber o surdo. Então, as aulas são voltadas aos alunos ouvintes” (PESQUISA DE CAMPO, 2015). Declaram, ainda, que a maioria dos professores fala rápido e, muitas vezes, de costas para os alunos, o que dificulta a compreensão pelo intérprete e impossibilita a leitura labial. Este fator pode ser evidenciado nas pesquisas de Chahini (2006), Momberger (2007) e Juliani (2008), os quais também apontam como um problema para os alunos com deficiência o ritmo acelerado e inadequado durante as aulas, dificultando a atuação do intérprete.

Somam-se a isso as barreiras pedagógicas, que constituem mais um dos fatores que dificultam a inclusão desses alunos. Estas são definidas como aquelas evidenciadas na ação docente, nas práticas pedagógicas, na adequação do material didático e nas diferentes formas de acesso ao conteúdo ministrado em sala de aula.

Com relação às adaptações dos instrumentos e materiais disponíveis nas bibliotecas, sala de computadores e auditórios, um dos professores destaca que na universidade esses espaços “possuem alguns recursos, ainda escassos, necessita-se atualizar e equipar adequadamente” (PROFESSOR 4, PESQUISA DE CAMPO, 2015). Sobretudo, os discursos dos professores revelam a existência de barreiras ao processo de inclusão nas universidades, centradas nas medidas educativas.

No que diz respeito às perspectivas dos docentes acerca inclusão no ensino superior, um deles aponta estar havendo uma melhora gradual e contínua que partem “de ações específicas da comissão de acessibilidade e inclusão. Assim, com a inserção de novos profissionais que já estão sendo formados de modo já conhecer as relações com as pessoas com deficiências” (PROFESSOR 5, PESQUISA DE CAMPO, 2015). Outro professor reconhece que a inclusão deve acontecer “não só como direitos legais e sociais, mas também como resposta do sistema educativo aos que revelam mais dificuldades de adaptação” (PROFESSOR 6, PESQUISA DE CAMPO, 2015).

A partir disso, contata-se a precariedade dos serviços e a não disponibilidade de recursos humanos e materiais nos espaços institucionais. Dessa forma, a construção de uma educação inclusiva demanda de políticas públicas, com ações afirmativas que garantam a efetividades das leis que asseguram os direitos das pessoas com deficiência, em todos os aspectos. Esse propósito demanda de ações práticas e concretas, com o intuito de operacionalizar a inclusão social e escolar desses cidadãos, independente de suas necessidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade vivenciada pelos os alunos nas IES do município de Parintins/AM, não se difere do restante do país. Dentre os fatores que mais destacaram, encontra-se a precariedade dos serviços oferecidos a esses sujeitos. Exemplo disso são os escassos recursos pedagógicos disponibilizados a esses alunos, a estrutura física (não) adaptada, as barreiras comunicacionais, e principalmente, as barreiras atitudinais, seja por colegas ou professores.

As IES, aos poucos, buscam atender as demandas dos acadêmicos, com adequação de estruturas físicas. Entretanto, apenas mudanças arquitetônicas não garantem a acessibilidade dos alunos. A maioria dos professores de ambas as instituições, embora tenha uma boa formação em sua área de atuação, não têm uma preparação específica para atender alunos com deficiência.

É preciso aprofundar o compromisso com esses estudantes, tanto por parte das instituições quanto do Estado, criando espaços para a formação de profissionais

das instituições, democratizando o acesso à universidade, bem como, adequação dos instrumentos de apoio educacional aos alunos e professores.

Destarte, mesmo com todos os avanços nas políticas de acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior, as ações propostas à garantia da permanência desses estudantes nas IES, do município de Parintins, necessitam ser constantemente revisadas e avaliadas buscando garantir os direitos desses cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal; 2007.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-norma-pl.html>>. Acesso em: 05 de maio de 2015.

_____. Ministério da Educação. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais : orientações gerais e marcos legais** / Organização: Ricardo Lovatto Blattes. 2. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2006. 343 p.

CHAHINI, T. H. C. **Os Desafios do Acesso e da Permanência de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais nas Instituições de Educação Superior de São Luís - MA**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.

DECLARAÇÃO MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Aprovada na Conferência Mundial de Educação Para Todos. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Necessidades Educativas Especiais – NEE. In: **Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade**. Salamanca/Espanha: UNESCO, 1994.

FERREIRA, S. L. Ingresso, permanência e competência: Uma realidade possível para universitários com necessidades educativas especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**. n. 13(1). p. 43-60. 2007.

JULIANI, M. **As vicissitudes das pessoas com necessidades educacionais especiais: Fragmentos de Histórias de Vida que chegam ao Ensino Superior**. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2008.

MASINI, Elcie Salzano; BAZON, Fernanda. **A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior**. 2011

<<http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt20/gt201195int.rtf>>. Acesso em: 09 de maio de 2015.

MOMBERGER, M. M. **Inclusão no ensino superior: itinerários de vida de acadêmicos com necessidades educacionais especiais**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MOREIRA, L. C. **Universidade e alunos com necessidades educacionais especiais: das ações institucionais às práticas pedagógicas**. 2004. 300f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

PEREIRA, M. M. **Inclusão e universidade: análise de trajetórias acadêmicas na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

RODRIGUES, S. M. **A experiência da perda de visão, a vivência de um processo de reabilitação, e as percepções sobre a qualidade de vida**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho, Braga. 2004. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5403/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Mestrado.pdf>>. Acesso em: 21 de junho de 2015.

SANTOS, A. F. **Educação inclusiva no ensino superior: o docente universitário em foco**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.